



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **0006700-21.2015.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Inquérito Policial - Uso de documento falso**
Documento de Origem: **IP - 141/2015 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
Autor: **Justiça Pública**
Indiciado: **Rosana Aparecida Pereira Ramos e outro**
Vítima: **RESTAURANTE KI DELÍCIA**

Aos 20 de julho de 2016, às 13:35h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autor do fato Rosana Aparecida Pereira Ramos e outro. Presente a Drª **Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira – Promotora de Justiça**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento da autora dos fatos ROSANA APARECIDA PEREIRA RAMOS, acompanhada de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Ausente o autor dos fatos MAIKON CLAYTON MOTA, presente seu defensor, **Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro - Defensor Público**. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada e entendendo não ser caso de arquivamento pela Dr. Promotor foi proposta a aplicação imediata da pena à autora **ROSANA APARECIDA PEREIRA RAMOS** nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao suposto autor do fato a pena de prestação pecuniária, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), observados os critérios do art. 60 do Código Penal”. **Pelo(a) autor(a) da infração e seu defensor foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da pena de multa, que foi aceita pelo suposto autor do fato. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico ao(a) autor(a) do fato a pena de prestação pecuniária, no de **R\$200,00 (duzentos reais)**, que deverá ser pago em 90 (noventa) dias”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comuniquese, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Com relação ao suposto autor **MAIKON CLAYTON MOTA**, vista ao Ministério Público. Eu, Camila Laureano Sgobbi, digitei.
MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor(a):

Defensor Público:

Autora: